

Resolução CMN nº 4.176/13

(altera a Resolução CMN 3.308/05)

Divisão de Monitoramento de Ativos - DIMAT
Coordenação de Monitoramento de Ativos e Risco— COARI
Coordenação Geral de Monitoramento de Solvência - CGSOA
Diretoria Técnica - DITEC

FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:

I - apresentar prazo médio remanescente mínimo de 1.825 dias corridos; e

II - apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 1.095 dias corridos.

§ 1º As métricas e definições necessárias para cômputo das regras de enquadramento previstas no caput observarão o disposto no Anexo II.

§ 2º Para fins de verificação dos prazos de que tratam os incisos I e II deste artigo, deverá ser utilizada a média aritmética dos valores diariamente observados, no mínimo, no período referente aos últimos 90 dias antecedentes ao dia de referência.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional, em casos excepcionais, poderá reduzir o prazo de que trata o inciso II deste artigo, por período de tempo determinado.”

FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:

I - apresentar prazo médio remanescente mínimo de 1.825 dias corridos; e

II - apresentar prazo médio remanescente mínimo de 1.825 dias corridos.

§ 1º As métricas e definições previstas no caput e no inciso II deste artigo, de enquadramento

§ 2º Para fins de verificação das métricas previstas no inciso II deste artigo, deverá ser utilizada a média aritmética dos valores diariamente observados, no mínimo, no período referente aos últimos 90 dias antecedentes ao dia de referência.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional, em casos excepcionais, poderá reduzir o prazo de que trata o inciso II deste artigo, por período de tempo determinado.”

FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:

I - apresentar prazo médio remanescente mínimo de 1.825 dias corridos; e

II - apresentar prazo de repactuação mínimo de 1.095 dias corridos.

§ 1º As regras de enquadramento previstas no inciso I e no inciso II do parágrafo anterior, para o cálculo do prazo médio remanescente, deverão ser computadas de acordo com o disposto no inciso II do parágrafo anterior.

§ 2º Para o cálculo do prazo médio remanescente, deverão ser observados, no mínimo, os incisos I e II deste artigo, deverá ser observado, no mínimo, no período de 125 dias corridos, os seguintes requisitos:

§ 3º O prazo médio remanescente, para o cálculo do prazo médio remanescente, poderá reduzir o prazo de que trata o inciso I deste artigo, por períodos de tempo determinado.”

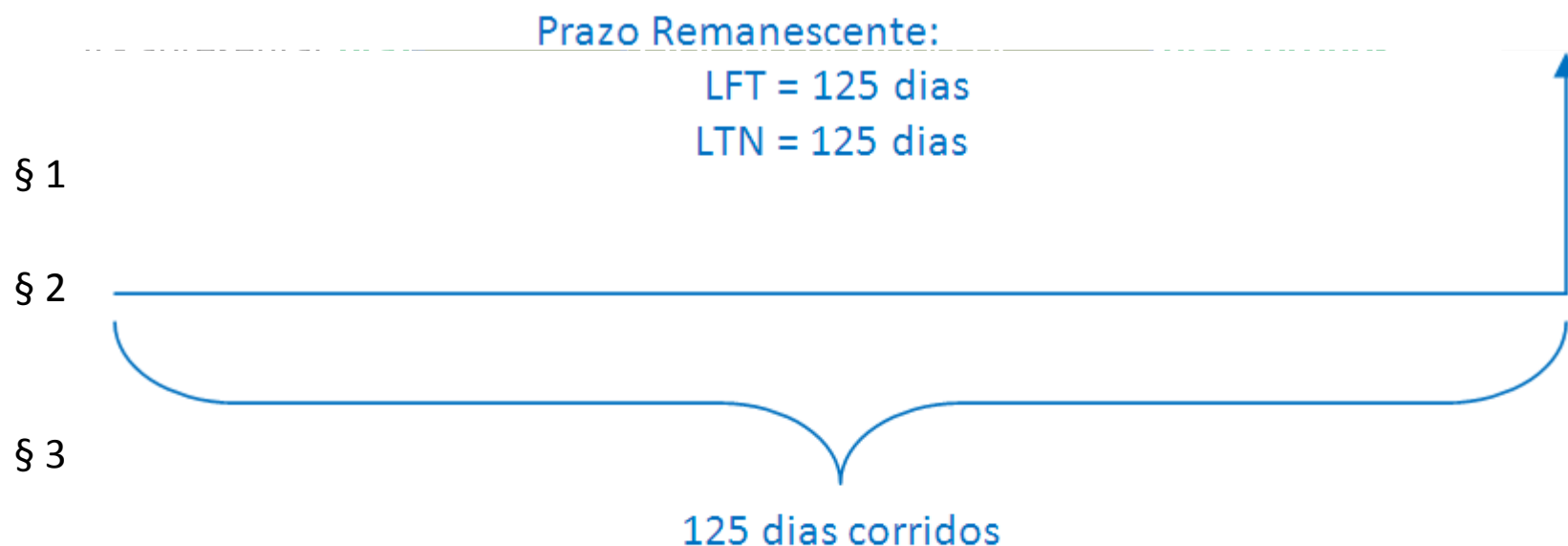
☐ Prazo até o vencimento.

Prazo Remanescente:
LFT = 125 dias
LTN = 125 dias

125 dias corridos

FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:



FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:

I - apresentar prazo médio remanescente mínimo de 1.825 dias corridos; e

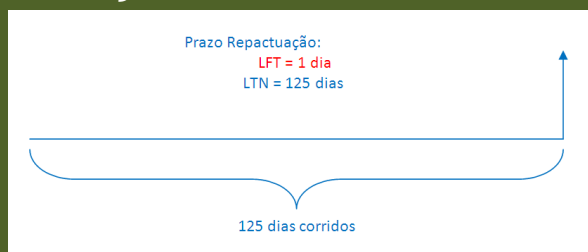
II - apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 1.095 dias corridos.

§ 1º As métricas e definições para o cálculo das regras de enquadramento previstas no caput observadas e o disposto no Anexo II.

§ 2º Para fins de observância dos incisos I e II deste artigo, deverá ser utilizado o prazo médio remanescente observado, no mínimo, no período de 125 dias corridos anteriores ao dia de referência.

§ 3º O Conselho de Administração, no âmbito das suas atribuições, poderá reduzir o prazo de observância determinado.”

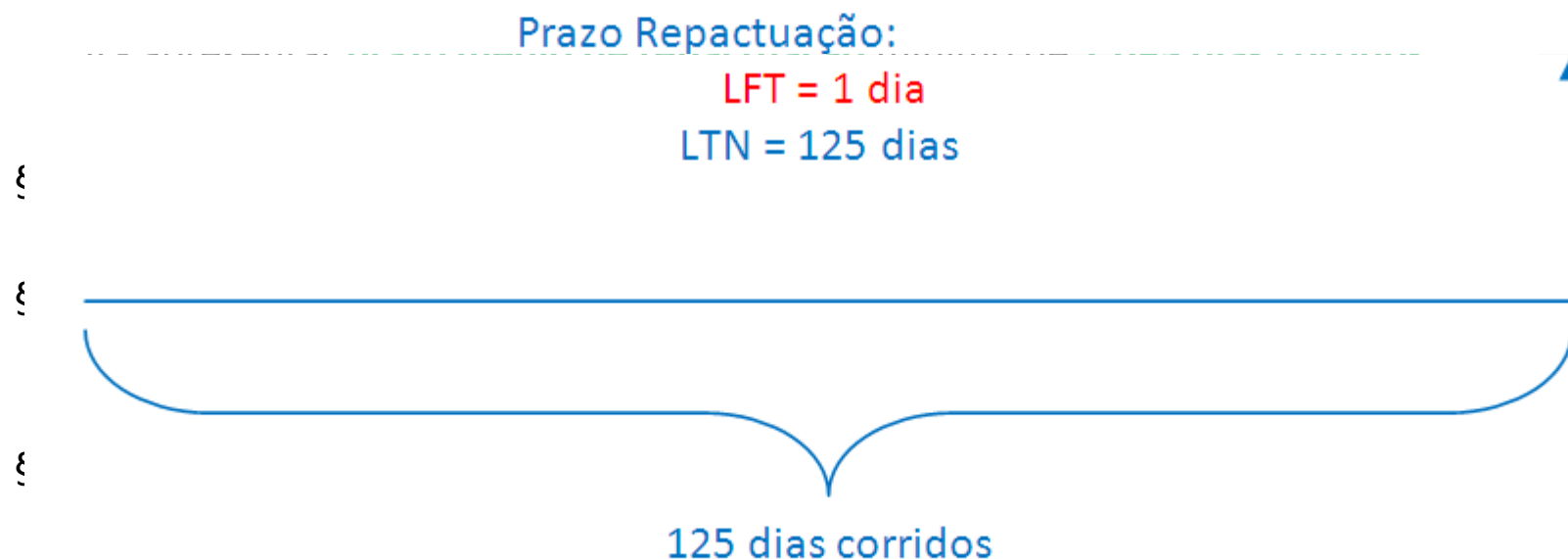
❑ Função Taxa



FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:

I - apresentar **prazo médio remanescente** mínimo de **1.825 dias corridos**; e



FIE Previdenciário

“Art. 15. A carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos de uma mesma sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar, de que tratam os arts. 5º a 7º deste Anexo, deverá respeitar, cumulativamente, as seguintes regras de enquadramento:

I - apresentar prazo médio remanescente mínimo de 1.825 dias corridos; e

II - apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 1.095 dias corridos.

§ 1º As métricas e definições necessárias para cômputo das regras de enquadramento previstas no caput observarão o disposto no Anexo II.

§ 2º Para fins de verificação dos prazos de que tratam os incisos I e II deste artigo, deverá ser utilizada a média aritmética dos valores diariamente observados, no mínimo, no período referente aos últimos 90 dias antecedentes ao dia de referência.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional, em casos excepcionais, poderá reduzir o prazo de que trata o inciso II deste artigo, por período de tempo determinado.”

Prazo Médio Remanescente

“Art. 2º Para fins do disposto no inciso I do art. 15 do Anexo I desta Resolução, o prazo médio remanescente da carteira é dado pelo prazo médio remanescente, em dias corridos, ponderado pelos respectivos valores financeiros:

I - dos títulos de renda fixa; e

II - das operações compromissadas lastreadas em títulos de renda fixa.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I do caput devem ser considerados todos os títulos de que trata a Seção I, Capítulo II do Anexo I desta Resolução.”

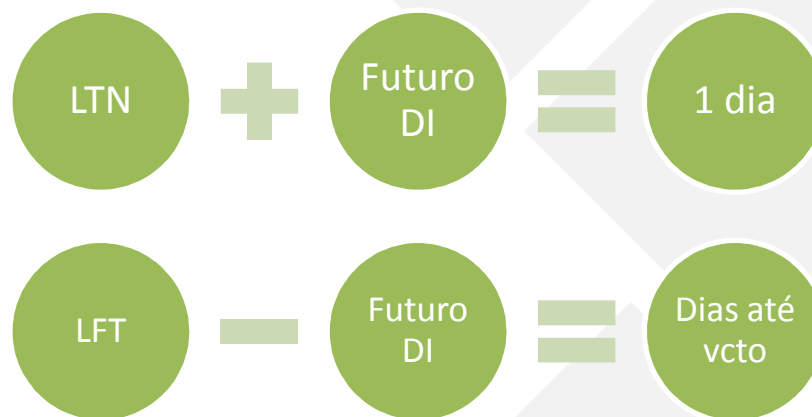
Prazo Médio Repactuação

“Art. 3º Para fins do disposto no inciso II do art. 15 do Anexo I, o prazo médio de repactuação da carteira é dado pelo prazo de repactuação, em dias corridos, ponderado pelos respectivos valores financeiros:

I - dos títulos de renda fixa;

II - das operações compromissadas lastreadas em títulos de renda fixa; e

III - dos contratos de derivativos que tenham fator de risco associado à variação de taxas de juros flutuante.”



Prazo Médio Repactuação

“Art. 4º O prazo de repactuação dos títulos de que trata o §1º do art. 3º e das exposições dos contratos de derivativos de que trata o §4º do art. 3º será definido de acordo com o tipo de remuneração do instrumento, sendo:

I - de 1 dia para Taxa Média Selic (TMS), apurada pelo Banco Central do Brasil;

II - de 1 dia para Taxa DI-CETIP Over (Extra-Grupo), apurada pela CETIP S.A. Mercados Organizados;

III - de 30 dias para Taxa Referencial de Juros Mensal – TR Mensal, apurada pelo Banco Central do Brasil;

IV - de 91 dias para Taxa de Juros de Referência de 3 meses TJ3, apurada pela BM&FBovespa;

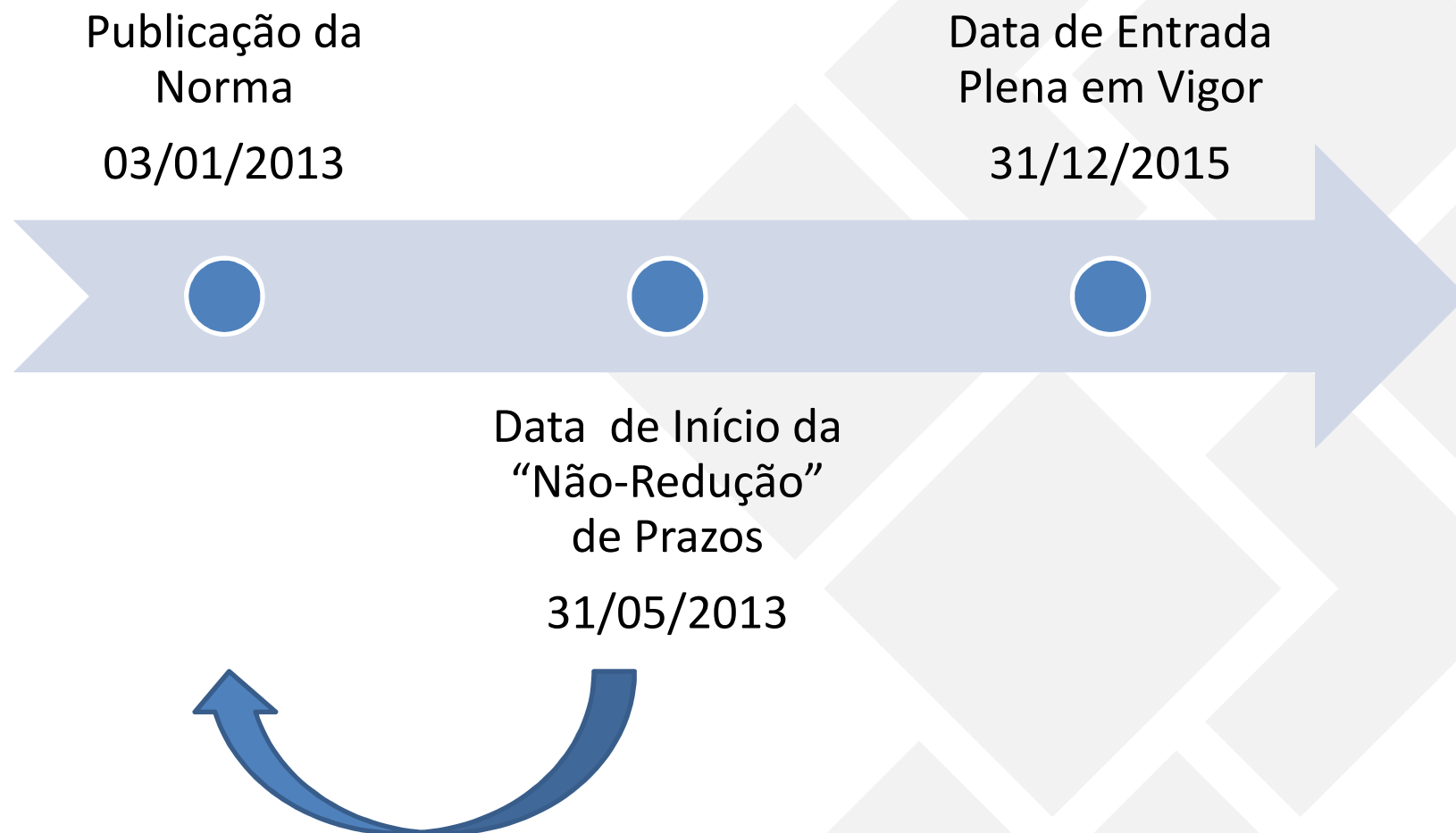
V - de 182 dias para Taxa de Juros de Referência de 6 meses TJ6, apurada pela BM&FBovespa;

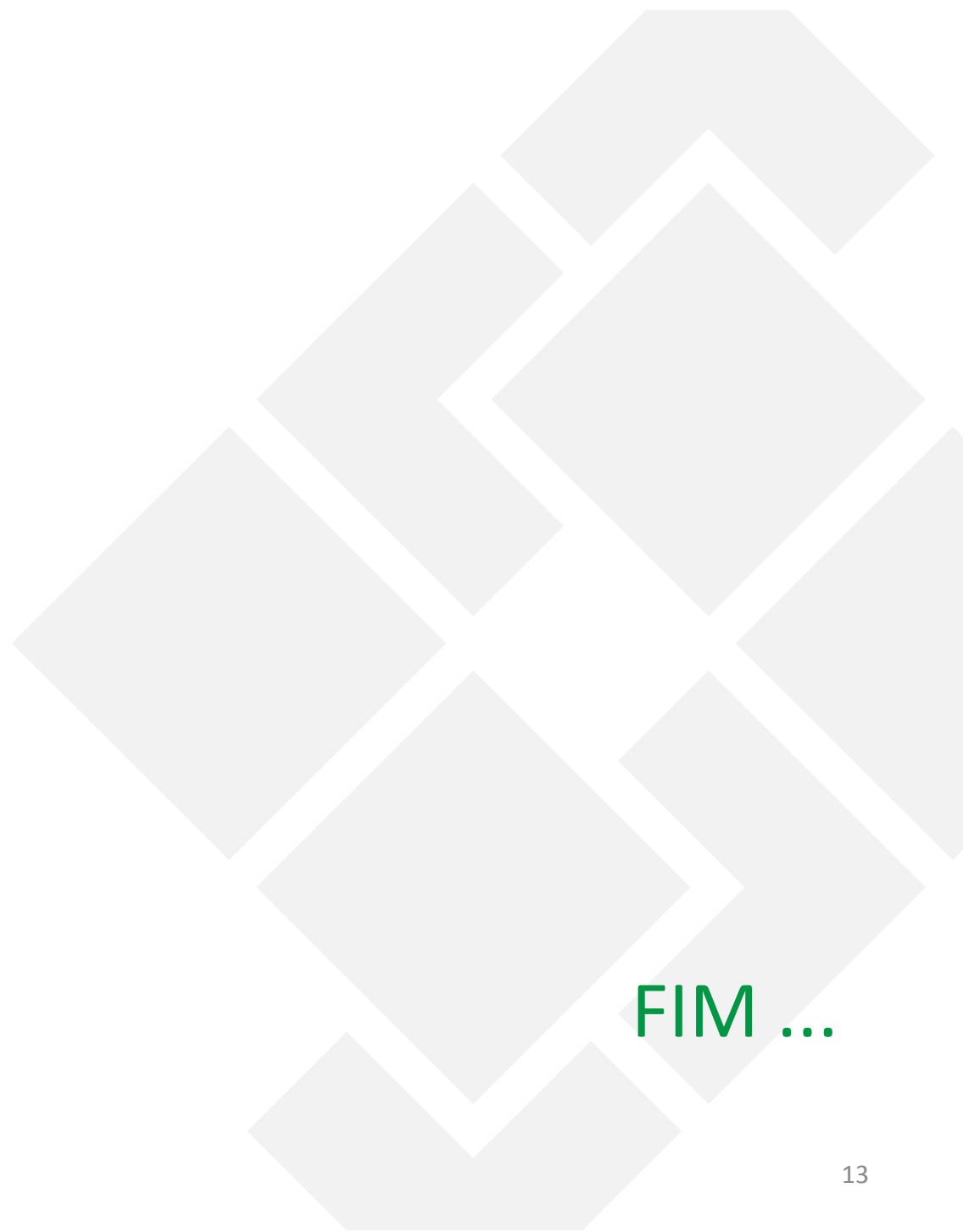
VI - de 1 dia para outras taxas de juros flutuantes;

VII - igual ao prazo médio remanescente, na forma do Art. 2º deste Anexo, para títulos não indexados a taxas de juros flutuantes; e

VIII - igual ao prazo do contrato de derivativo para exposições oriundas de contratos derivativos não indexados a taxas de juros flutuantes.”

Prazos de Adequação





FIM ...